- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu caderno de provas, caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética:** ... seguida de **Assertiva:** ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "**Espaço livre**" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Quando falamos em direito, estamos falando inicialmente de um enorme conjunto de regras obrigatórias, o chamado direito positivo. Mas o vocábulo direito é usado também para os estudos, o curso de direito, a assim chamada "ciência do direito". Numa terceira acepção, a palavra designa os direitos de cada um de nós, chamados de direitos subjetivos, pois somos os sujeitos, os titulares, desses direitos.

Ninguém ignora que paira sobre nossas cabeças uma gigantesca teia de normas, que atinge praticamente todas as nossas atividades. Muitos pensadores têm destacado que o direito atual parece ter invadido tudo: há direito em toda parte, para todos, para tudo. A contrapartida é que, assim como temos de seguir as normas, os outros também têm de obedecer a elas e, desse modo, respeitar os direitos de cada um de nós, os ditos direitos subjetivos.

Vivemos num tempo em que as questões legais se tornaram corriqueiras. Apesar dessa popularização, ainda existe uma enorme dificuldade de acesso às coisas do direito. Ao mesmo tempo, os mecanismos da justiça são cada vez mais acionados, até para resolver quem fica com o cachorro depois da separação, ou se o condomínio pode impedir seus moradores de ter animais. A sobrecarga dos tribunais, e sua lentidão, é parcialmente consequência desse excesso de litigiosidade e da incapacidade das pessoas de resolver com bom senso, compreensão e respeito as questões de convivência em sociedade.

Eduardo Muylaert. **Direito no cotidiano**: guia de sobrevivência na selva das leis. São Paulo: Editora Contexto, 2020, p. 11-13 (com adaptações).

Acerca dos sentidos e de aspectos linguísticos do texto anterior, julgue os itens a seguir.

1 Infere-se das ideias do texto que, em princípio, não caberia ao direito legislar sobre questões relativas à convivência em sociedade.

2 Conforme o texto, os diretos subjetivos de cada pessoa de uma sociedade são respeitados quando essas mesmas pessoas observam e seguem as normas.

3 No primeiro parágrafo, as expressões "o vocábulo direito" (segundo período) e "a palavra" (terceiro período) fazem parte da mesma cadeia semântica de referência.

4 Alterando-se o segmento "Ninguém ignora" (primeiro período do segundo parágrafo) por **Não se ignora**, opera-se uma mudança na estrutura sintática do período, que não interfere, contudo, na classificação do sujeito, que é indeterminado em ambas as orações.

5 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso se substituísse "atinge" (primeiro período do segundo parágrafo) por **atingem.**

6 No terceiro período do segundo parágrafo, o termo "a elas" poderia ser corretamente substituído por **lhes**, escrevendo-se **obedecer-lhes**.

7 No primeiro período do terceiro parágrafo, a forma pronominal "se" poderia ser corretamente deslocada para logo após a forma verbal "tornaram" — escrevendo-se **tornaram-se**.

8 No segundo período do terceiro parágrafo, o emprego do sinal indicativo de crase no trecho "ainda existe uma enorme dificuldade de acesso às coisas do direito" é obrigatório.

9 Sem prejuízo de sua correção gramatical ou de seu sentido original, o último período do texto poderia ser reescrito da seguinte forma: Esse excesso de litigiosidade bem como as pessoas, cuja a incapacidade em resolver questões de convivência social, com bom senso, compreensão e respeito têm sua parcela de culpa na sobrecarga dos tribunais, e em sua lentidão.

Com base no **Manual de Redação da Presidência da República**, julgue os itens que se seguem, acerca de aspectos da redação oficial.

10 Devem ser evitados parágrafos de desenvolvimento no texto dos documentos oficiais que, seguindo o padrão ofício, são usados para o encaminhamento de documentos.

11 Em certas ocasiões, para se garantir a clareza do texto das comunicações oficiais, recomenda-se o uso da ordem inversa na organização dos constituintes de uma oração.

12 Nas comunicações oficiais, deve-se dispensar às autoridades estrangeiras o mais alto grau de formalidade, por isso, como fecho das comunicações a elas dirigidas, recomenda-se o emprego do termo Respeitosamente.

Com base na Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins, julgue os próximos itens.

13 O procurador-geral de justiça é nomeado pelo governador do estado, entre os procuradores de justiça indicados em lista tríplice, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

14 Os serviços auxiliares das procuradorias de justiça destinam-se a dar o suporte administrativo necessário ao seu funcionamento e ao desempenho das funções dos procuradores de justiça, sendo instituídos e organizados por ato do procurador-geral de justiça.

15 Compete ao Conselho Superior do Ministério Público deliberar sobre a criação e serviços auxiliares, fixação e reajuste dos vencimentos dos membros e servidores, modificações na Lei Orgânica e providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais.

16 O procurador-geral de justiça e o corregedor-geral do Ministério Público são membros natos do Conselho Superior do Ministério Público.

À luz do que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Tocantins, julgue os itens subsequentes.

17 A acumulação ilegal de cargos públicos é conduta passível de demissão.

18 Denomina-se reversão a reinvestidura do servidor efetivo estável quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens do cargo ocupado.

19 O prazo para o início do exercício no cargo público é de 15 dias, contados da data da posse.

20 É considerado aprovado o servidor que obtenha, no resultado final do estágio probatório, média igual ou superior a 50% dos pontos possíveis.

No que se refere ao direito administrativo, julgue os itens a seguir.

21 No controle judicial dos atos administrativos discricionários, é vedado ao Poder Judiciário apreciar os motivos ou fatos que precedem a elaboração do ato a ser julgado.

22 Suponha que a administração pública, por ato administrativo, após ter concedido licença e férias a determinado servidor, tenha verificado que ele não tinha direito à licença e, em razão disso, tenha praticado novo ato, retirando a licença e ratificando as férias. Nessa situação, considera-se que houve convalidação pela denominada conversão.

23 A decadência é um fato jurídico relacionado ao princípio da segurança jurídica.

24 As organizações sociais são constituídas obrigatoriamente como pessoas jurídicas de direito público sem fins lucrativos, podendo atuar nas áreas de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde.

25 A força maior e o caso fortuito excluem a responsabilidade civil do Estado.

Ainda acerca de direito administrativo, julgue os itens a seguir.

26 De acordo com o Decreto nº 11.531/2023, para a celebração de convênios e contratos de repasse para a execução de obras e serviços de engenharia, o proponente deverá apresentar, entre outros documentos, o plano de sustentabilidade.

27 No caso de um agente público condenado por ato de improbidade administrativa que tenha causado dano ao erário falecer, os seus sucessores ou herdeiros estarão sujeitos à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança, afastando-se essa responsabilidade sucessória na hipótese de alteração contratual de cisão societária.

28 O Sistema de Registro de Preço pode ser utilizado para contratação direta, por inexigibilidade ou por dispensa de licitação para a aquisição de bens e serviços mais de um órgão ou uma entidade da administração pública.

29 Se, no âmbito da administração pública, não houver competência específica para iniciar determinado processo administrativo, ele deve ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.

30 A modalidade de licitação denominada diálogo competitivo deve ser conduzida por comissão de contratação com três servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da administração, sendo vedada a contratação de profissionais para prestar assessoramento técnico à comissão.

Acerca da aplicabilidade das normas constitucionais, no que se refere às normas de eficácia plena, contida e limitada, julgue os itens seguintes.

31 As normas constitucionais de eficácia contida têm aplicabilidade imediata, integral e plena, mas seu alcance pode ser reduzido pelo legislador infraconstitucional.

32 Todas as normas constitucionais têm, no mínimo, um efeito negativo: a proibição de edição de leis infraconstitucionais que as contrariem.

No que se refere aos direitos e às garantias fundamentais, julgue os itens seguintes.

33 De acordo com a teoria dos limites dos limites, um direito fundamental pode ser restringido desde que preservado o seu núcleo essencial.

34 A cláusula da reserva do possível não pode ser usada pelo administrador como escusa para o descumprimento dos direitos sociais quando se trata da garantia do mínimo existencial, a exemplo da matrícula de criança em creche.

A respeito da organização político-administrativa do Estado, do Poder Judiciário e das comissões parlamentares de inquérito no âmbito do Poder Legislativo, julgue os itens seguintes.

35 Os julgamentos feitos pelo Poder Judiciário são públicos, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, apenas aos advogados das partes.

36 As comissões parlamentares de inquérito, embora tenham poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, não podem determinar, mesmo que fundamentadamente, a quebra do sigilo telefônico do investigado, porque essa medida constitui cláusula de reserva de jurisdição.

37 É da competência privativa da União legislar sobre procedimentos em matéria processual.

Acerca do Ministério Público, julgue os itens a seguir.

38 O Ministério Público tem legitimidade ativa para ajuizar ação civil pública que verse sobre direitos individuais homogêneos.

39 O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) tem competência para rever, de ofício ou mediante provocação, processo disciplinar de servidor do Ministério Público, desde que julgado há menos de um ano.

40 Lei de iniciativa do governador do estado pode criar cargos no âmbito do Ministério Público estadual.

Em relação aos aspectos socioeconômicos do estado do Tocantins, julgue os itens a seguir.

41 A defensoria pública exerce um papel significativo na luta pela garantia de direitos dos povos quilombolas no estado do Tocantins, que conta com dezenas de comunidades remanescentes de quilombos.

42 O produto interno bruto (PIB) do estado do Tocantins está entre os cinco maiores do país e sua contribuição para o setor industrial equivale a cerca de dez por cento da indústria nacional.

43 Os principais segmentos industriais do estado do Tocantins são serviços industriais de utilidade pública, construção, alimentos, minerais não metálicos e derivados de petróleo e biocombustíveis.

44 Estimulada por projetos de infraestrutura como a rodovia Belém-Brasília, que facilitam a entrada de bens e serviços no território, a estrutura produtiva do Tocantins está, apesar das disparidades geoeconômicas entre os municípios, em processo de consolidação.

45 Considerada cidade polo de base econômica de desenvolvimento regional do território do estado do Tocantins, a cidade de Palmas apresentou expressivo crescimento populacional nas últimas décadas.

Com relação aos aspectos culturais, ambientais e institucionais do estado do Tocantins, julgue os itens subsequentes.

46 Composto pela bacia do rio Tocantins e pelo sistema hidrográfico do Araguaia, o estado do Tocantins está inserido em uma região semiárida e não integra a Amazônia Legal.

47 O controle ambiental efetuado pelo registro de reservas legais e o licenciamento ambiental são obrigações legais, sendo o último uma ação posterior à instalação de qualquer atividade potencialmente poluidora do meio ambiente.

48 Antes de o norte goiano se tornar o estado do Tocantins, esta região recebeu pouca atenção do governo federal, com exceção dos planos desenvolvimentistas elaborados no regime militar.

49 O estado do Tocantins é formado pela união indissolúvel de seus municípios e tem soberania político-administrativa.

50 São símbolos do estado a bandeira, o hino, as armas e o selo estadual, podendo os municípios ter símbolos próprios.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Julgue os próximos itens, relativos ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

51 A despeito da importância de combater e enfrentar o racismo, seus impactos e consequências no âmbito do sistema socioeducativo, o SINASE ainda carece de um programa específico de formação continuada para os seus colaboradores que vise a valorização e o reconhecimento da diversidade racial.

52 Na divisão de responsabilidades do SINASE, cabe aos estados coordenar os sistemas estaduais de atendimento socioeducativo, elaborando o plano estadual de atendimento socioeducativo, em cooperação com os municípios.

53 O SINASE é o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa.

54 É responsabilidade exclusiva dos conselhos tutelares a fiscalização das instituições que atendem crianças e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Tendo como referência a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a função social da escola, julgue os itens que se seguem.

55 É função exclusiva do Ministério Público acionar o poder público para exigir o acesso à educação básica obrigatória no caso de este direito não estar sendo respeitado.

56 A educação, dever da família e do Estado, tem como função preparar o cidadão para o mercado de trabalho.

57 Para todas as crianças de zero a cinco anos de idade é assegurada vaga em escola pública da educação infantil mais próxima de sua residência.

58 A diversidade étnico-racial é um dos princípios da LDB.

Julgue os itens subsequentes, a respeito da mediação e da gestão de conflitos na prática educativa.

59 São habilidades necessárias para um mediador de conflitos: empatia, criatividade, saber ouvir, se comunicar bem e ter espírito otimista.

60 O papel do mediador é ouvir as partes e ajudar os protagonistas do conflito a construir uma solução que beneficie ambos.

61 Antes de confrontar as duas partes do conflito, é necessário que os mediadores sensibilizem as partes para que elas estejam dispostas a resolver o problema.

62 Os processos de mediação são ações simplistas, embora requeiram certa preparação desde a organização até sua implementação.

Julgue os itens subsecutivos, no que se refere ao atendimento educacional especializado (AEE).

63 A educação, por si só, supre as diversas necessidades do público-alvo da educação especial.

64 Os papéis do assistente social e do docente da educação especial guardam similaridades, uma vez que ambos oferecem assistência às pessoas com deficiência.

65 O AEE complementa e(ou) suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e à independência na escola e fora dela.

66 O atendimento à educação especial deve ser realizado em instituições específicas que promovam o atendimento especializado.

Com relação à orientação técnica sobre educação em sexualidade, julgue os itens a seguir.

67 Os gestores públicos são, cada vez mais, desafiados a dialogar com sujeitos e grupos sociais cujas demandas emergem de relações de gênero e sexualidade, as quais estão, muitas vezes, atreladas a outros marcadores sociais da diferença, tais como raça, etnia, classe e geração.

68 Parte-se do pressuposto de que as categorias gênero e sexo são conceitos estáticos estabelecidos por crenças e hábitos imutáveis.

69 A educação em sexualidade visa promover saúde e bem-estar, respeito pelos direitos humanos e equidade de gênero.

Considerando os fundamentos de uma educação para a formação cidadã e a diversidade cultural, julgue os itens a seguir.

70 O pluralismo entre os povos está relacionado aos direitos humanos.

71 O envolvimento comunitário e cultural deve permear a educação escolar em suas diferentes dimensões.

72 A universalidade e a indivisibilidade na compreensão da educação como direito norteiam a tarefa de educar e de ser educado do Estado.

No que se refere a metodologias ativas, julgue os itens a seguir.

73 Na sala invertida, os estudantes estudam previamente determinado tema, antes de vivenciar a aula correspondente, sendo protagonistas do processo.

74 As metodologias ativas priorizam as ações dos professores, visando suas aprendizagens.

75 A metodologia espiral construtiva reconhece múltiplos caminhos possíveis na construção de um metaponto de vista dos conhecimentos prévios dos estudantes.

76 Na aprendizagem baseada em problemas (PBL), é considerado ponto de partida da aprendizagem a formulação de hipóteses sobre determinados problemas.

Em relação ao acesso à educação explicitado no Decreto nº 3.298/1999, julgue os itens a seguir.

77 A pessoa com deficiência deve prioritariamente ser matriculada em instituições de ensino, particulares ou privadas, especializadas no seu atendimento.

78 A educação especial é reconhecida como um processo flexível no qual as orientações pedagógicas são individualizadas.

79 As instituições hospitalares devem assegurar atendimento pedagógico ao educando com deficiência internado por qualquer tempo, de modo a manter o processo educacional.

80 A eliminação de barreiras arquitetônicas é um dos tipos de serviços de apoio especializado a serem oferecidos pelas escolas e instituições de educação profissional.

81 O nível de escolaridade é condição do acesso da pessoa portadora de deficiência à educação profissional.

Acerca das teorias da educação infantil, julgue os itens seguintes.

82 A perspectiva romântica da educação infantil surge a partir da visão da criança como um ser social e cultural que necessita ser atendida em duas diferentes dimensões.

83 A visão compensatória de educação infantil surge no contexto histórico da crescente industrialização, para suprir deficiências de nutrição e cultura das crianças.

84 Em uma perspectiva histórico-cultural, o desenvolvimento psíquico das crianças é resultante de interações entre os sujeitos e os objetos da cultura.

85 O caráter de prontidão, na educação infantil, considera essa etapa educacional como assistencialista.

Considerando a relação entre educação e sociedade e a função social da escola, julgue os itens seguintes.

86 As práticas pedagógicas e os princípios e métodos que embasam as técnicas educacionais são isentos de ideologia.

87 Professores, alunos e pais têm papéis diferentes e independentes na dinâmica da escola.

88 As ideias e os valores transmitidos na escola são isentos de crenças individuais.

89 A educação escolar tende a ser vista como um retrato da sociedade na qual está inserida.

90 A formação dos profissionais da educação deve seguir, além da formação técnica, as necessidades do avanço cultural.

Em relação à didática e às práticas de ensino, bem como às teorias curriculares, julgue os itens seguintes.

91 Segundo as teorias críticas, a compreensão do currículo é mais importante que seguir o que nele se descreve.

92 A ação didática deve ser entendida como o resultado da soma da ação de ensinar, exercida pelo professor, que atua como agente dessa ação, e da ação de aprender, exercida pelo aluno na condição de paciente.

93 A didática assegura o fazer pedagógico na escola, tanto no que se refere à dimensão político-social quanto no que diz respeito à dimensão técnica.

94 É função da ação didática o desenvolvimento das capacidades cognitivas dos estudantes.

95 Na organização do processo de ensino-aprendizagem, o professor deve optar pela perspectiva disciplinar ou pela interdisciplinar, por serem elas incompatíveis.

Julgue os itens que se seguem, relativos a teorias pedagógicas.

96 Em sua proposta de pedagogia da libertação, Paulo Freire defende a aprendizagem coletiva com vistas à participação social do indivíduo, em oposição a uma visão individualista da aprendizagem.

97 Em sua teoria pedagógica, Montessori defende a importância do respeito à criança.

98 Segundo a teoria pedagógica de Freinet, todo ensinamento tem uma aplicabilidade prática correspondente.

99 Rigor e foco no acerto são características fundamentais da pedagogia proposta por Montessori.

No que se refere às teorias do desenvolvimento e da aprendizagem, julgue os itens seguintes.

100 Segundo a perspectiva de Wallon, repetição e memorização são fundamentais para a aprendizagem.

101 Segundo a teoria proposta por Gagné, a aprendizagem é efetiva quando o conteúdo aprendido se manifesta nas mudanças de comportamento do indivíduo.

No que concerne às funções da avaliação, julgue os itens a seguir.

102 As funções da avaliação são independentes entre si, produzindo resultados específicos para cada etapa do processo educativo.

103 A função diagnóstica potencializa o comparativo das apropriações dos estudantes entre si, garantindo a eficiência do processo.

104 A sistematização da apreensão dos conhecimentos apropriados pelos estudantes em uma fase inicial de estudos expressa um diagnóstico avaliativo.

105 O caráter somatório de uma avaliação sistematiza os resultados de aprendizagem classificando-os para a promoção dos estudos.

106 A função orientadora da avaliação formativa guia tanto o processo de aprendizagem dos estudantes como o trabalho do docente.

Com relação à organização da educação nacional, julgue os itens subsequentes.

107 A formação para o exercício da cidadania é um dos objetivos da educação básica.

108 É incumbência dos estados e Distrito Federal coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação.

109 Os municípios são obrigados a integrar-se ao sistema estadual na oferta da educação básica.

110 Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação é uma competência dos sistemas estaduais de educação.

111 O estabelecimento de ações com o objetivo de promover a cultura de paz é uma incumbência da escola.

112 O transporte escolar é uma incumbência da União no exercício da função redistributiva.

113 O dever do Estado de oferecer educação pública e gratuita aos ensinos fundamental e médio restringe-se àqueles que os concluírem na idade própria.

114 O Conselho Nacional de Educação, dentro da estrutura educacional, tem a função a de supervisionar as atividades educacionais.

No que se refere a pesquisa educacional tecnologias educacionais, julgue os itens seguintes.

115 O processo de pesquisa educacional sob um paradigma de um profissional reflexivo se efetiva se embasado em um modelo analítico devidamente testado e unificado.

116 Tecnologia educacional pode ser definida como um conjunto de procedimentos (técnicas) que visam facilitar os processos de ensino e aprendizagem.

Com base no disposto na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue os itens a seguir.

117 As universidades gozam de autonomia didático-científica e administrativa.

118 Ofertar ensino noturno regular adequando-se às condições do adolescente trabalhador é dever do Estado.

119 O acesso a níveis elevados da criação artística deve ser garantido pelo Estado.

120 O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.